

PROTESTAR AINDA É PRECISO!

O que querem os sujeitos sociais, defensores de variadas pautas? O Brasil é um país de dimensões continentais. E como tal, apresenta uma série de deficiências que muitas vezes alcançam as mesmas proporções gigantescas. Daí a existência e continuidade das lutas implementadas e levadas a cabo por meio de diversas formas de expressar exigências ou carências.

Fernanda Estima

fernandaestima69@gmail.com

Jornalista, editora assistente da revista *Teoria e Debate*, integrante da Ciranda Brasil de comunicação compartilhada, militante feminista.

“Moro num país tropical /Abençoado por deus/ E bonito por natureza” é música antiga de Jorge Ben Jor, alegre e festiva, que descreve com sua melodia e letra o Brasil. Diz a lenda que somos um país de sorte, de povo pacato e cordial, sem a ocorrência de terremotos e até pouco tempo atrás catástrofes naturais não faziam parte do cotidiano do país com população de mais 190 milhões de habitantes, de extensão continental, banhado pelo oceano Atlântico e com quilômetros de praias. Dono de uma geografia múltipla, o Brasil possui planícies, serrados, florestas, incluindo a mais cobiçada pelo planeta, a Amazônica.

Diferentes paisagens, diferentes protestos... O que encontramos pesquisando o termo “protestos sociais” nos mais variados meios que podemos lançar mão hoje em dia? Em um conhecido pesquisador online, a busca por protestos sociais oferece uma lista enorme de atividades e mobilizações que têm como sujeitos movimentos dos atingidos por barragens, dos sem terra, feministas, sindical, de negros e negras, dos direitos humanos, juventude, de meio ambiente...

Um pouco da história brasileira

O livro de Marilena Chaui “Brasil, mito fundador e sociedade autoritária”, da Editora Fundação Perseu Abramo, é leitura importante para entender a constituição deste país que em geral é tratado como um gigante. Hoje, nos debates sobre a integração da América Latina, há sempre quem lembre que, por conta deste gigantismo, as ações brasileiras têm que ser cuidadosas para que não estabeleça com os países irmãos a mesma relação de dependência que existe com os Estados Unidos.

Voltando ao passado bem mais distante, em seus primórdios, estas terras tinham as várias nações indígenas vivendo em harmonia com a natureza e entre eles. Com a chegada dos portugueses, o homem branco finca seus pés (e principalmente armas e bandeiras) no “paraíso”. Não conseguindo escravizar os índios, os portugueses “importam” da África a mão de obra que mais foi explorada no Brasil colônia: negros e negras são trazidos como animais em péssimas condições, saídos de várias partes do continente africano, e constitui um dos períodos mais vergonhosos do ponto de vista dos direitos humanos e da exploração do homem pelo homem.

Para o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Carlos Alonso de Oliveira, “uma das questões fundamentais para entender a imensa desigualdade brasileira é a forma como foi constituído o mercado de trabalho livre no Brasil. A ‘libertação’ da escravidão não foi acompanhada de uma integração da raça negra na sociedade. O ‘fim da escravidão’ não veio acompanhada de reforma agrária que possibilitasse ao negro o acesso à terra”.

Protestos brasileiros

Antes do fim da exploração dos negros, uma forma de “protesto” daquele período foi a organização de escravos fugitivos no Quilombo dos Palmares, no estado de

Alagoas, nordeste do Brasil. No ano de 1670, abrigava em torno de 50 mil pessoas. Os quilombos representaram uma das formas de resistência e combate à escravidão. Rejeitando a cruel forma de vida, os negros buscavam a liberdade e uma vida com dignidade, resgatando a cultura e a forma de viver que deixaram na África e contribuindo para a formação da cultura afrobrasileira.

Os territórios que foram quilombos, hoje comunidades remanescentes, se instalaram em vários estados do país. No total, 743 foram identificadas em todo o país, mas só 29 foram tituladas oficialmente pelo governo. Estas comunidades detêm os Direitos Culturais Históricos, assegurados pela Constituição que tratam das questões relativas à preservação dos valores culturais da população negra. Além disso, suas terras são consideradas Território Cultural Nacional. Estima-se que 2 milhões de pessoas vivam nestas comunidades. Segundo a Fundação Cultural Palmares, do governo federal, que confere o direito ao título de posse da terra, os habitantes remanescentes dos quilombos preservam o meio ambiente e respeitam o local onde vivem. Mas sofrem constantes ameaças de expropriação e invasão das terras por inimigos que cobiçam as riquezas em recursos naturais.

A historiadora Gláucia Fraccaro conta que durante o período que chamamos de Império ocorreram “revoltas de diferentes características e que demonstraram diversos projetos de país”. Como exemplos ela cita a Guerra dos Farrapos (1835 a 1845), no Rio Grande do Sul, que tinha projeto republicano e abolicionista.

Durante a República, no começo do século 19, podemos pesquisar sobre os levantes palacianos dos militares, as greves operárias que sitiavam a cidade do Rio de Janeiro, anarquistas que realizavam protestos e atentados à bomba, muitos deles usavam jornais em italiano para divulgar as bandeiras. Já naquele tempo eram criminalizados e perseguidos diuturnamente pela polícia. Ainda segundo a historiadora, nos anos 1930, “o processo de instalação do projeto corporativista de Estado explica em partes a mudança da atuação da sociedade – o projeto de Getúlio Vargas é organizar a sociedade de classes; a maior parte dos protestos são as greves”.

Durante a ditadura varguista¹, nos anos 1940, foram poucas manifestações. Mas a partir dos anos 1970, a luta contra a ditadura militar² é constante, com forte repressão

¹ A Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos ininterruptos (de 1930 a 1945). Essa época foi um divisor de águas na história brasileira, por causa das inúmeras alterações que Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas. A constituição de 1937, que criou o “Estado Novo” getulista, tinha caráter centralizador e autoritário. Ela suprimiu a liberdade partidária, a independência entre os três poderes e o próprio federalismo existente no país, Vargas fechou o Congresso Nacional e criou o Tribunal de Segurança Nacional.

² No Brasil, a ditadura militar foi o período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil, de 1964 a 1985. Caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar.

promovida pelo Estado. Os protestos eram terminantemente proibidos, assim como qualquer tipo de organização, reunião, discussão... Em geral as passeatas e atos políticos eram dispersados pela cavalaria da Polícia do Exército e manifestantes presos. Muitos destes presos³ foram torturados e assassinados pelos militares e seus aliados. Foi uma época perigosa para protestar... Militantes e lideranças de movimentos eram tratados como “terroristas”, caçados e, sempre que possível, eliminados. Os homens e mulheres que enfrentaram a violência e desmandos daquele período, na impossibilidade de sair as ruas, panfletar, falar com a sociedade, algumas vezes optaram por ações armadas, como assaltos a banco, sequestro de autoridades, luta armada no campo. As dificuldades de articulação e organização daquela militância não impediu que também fosse levado para as ruas o movimento contra a carestia. Na década de 1970, o Movimento contra a Carestia mobilizou 1,5 milhão de trabalhadores para reivindicar controle de preços, aumento salarial e política de emprego e renda.

Nos anos de 1980, a economia entra em crise. O Estado fica refém dos interesses do sistema financeiro e torna-se impotente para enfrentar a crise, mas salva a pele “dos de cima” e continua sendo hostil com “os de baixo”. Foram ações deste perfil que geraram, por exemplo na cidade de São Paulo, uma onda de protestos que utilizava saques a mercados como maneira de mostrar que “os de baixo” estavam bastante descontentes e famintos.

Há vasta bibliografia no Brasil sobre os períodos históricos. Por longo tempo, em função das conjunturas políticas no país, a história foi contada com pinceladas a mais de verniz... Tentativas de colorir fases que eram em preto e branco... Por isso, talvez, minha geração não tenha estudado os fatos históricos relacionados aos protestos, talvez os primeiros, da nossa constituição enquanto nação.

Comemorávamos o *oficioso* Dia do Índio, momento de pintar a cara das crianças e lembrar da existência dos “primeiros donos do Brasil”. Com penas na cabeça, os alunos saíam das escolas trazendo à tona, por poucos instantes, que também temos em nossa formação a herança destes povos. Mas nunca estudamos a situação dos índios passados centenas de anos da chegada do branco.

Faz muito pouco tempo que foi instituída a obrigatoriedade do ensino da história dos negros e negras brasileiras. E a partir disso a assimilação de que os escravos se rebelaram, morreram muitas vezes por sua liberdade, fugiram e criaram poderosos quilombos. Para os índios, que sofreram e sofrem também discriminação, respondemos com penas nas cabeças das crianças.

³ O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964, de 1996*, relacionou 358 vítimas do período ditatorial, sendo que 138 são desaparecidos políticos no país.

Galdino Jesus dos Santos, também conhecido como “índio Galdino”, liderança Pataxó-Hã-Hã-Hãe foi queimado vivo enquanto dormia num abrigo de ônibus, em Brasília, em abril de 1997, após participar de manifestações pelo Dia do Índio, num crime que chocou o Brasil e o mundo. O crime foi praticado por cinco jovens bem nascidos daquela cidade. A violência contra estes povos se perpetua, assim como carências não supridas. Por isso, no século 21, as variadas nações de índios ainda tem motivo para protestar.

Vários “trechos” da história brasileira foi omitida. No livro *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*, Clifford Andrew Welch demonstra como os trabalhadores rurais e camponeses tiveram parte ativa na história social da época, colocando-se como sujeitos em contraposição à ausência que marca a historiografia. Torna acessível o mundo esquecido da militância do campesinato. Ou seja, amplia a compreensão de um período ainda contestado, repondo em seu devido lugar um dos participantes-chave, os camponeses, nas lutas políticas que antecedem o golpe de 1964.

Além da revisão da historiografia com estudos de fatos ou personagens ainda não apresentados à sociedade, surgem ações para cobrir estas lacunas e mostrar outras facetas do que era ensinado. Já temos cursos de extensão voltados para os movimentos sociais, teses de mestrado e doutorado aprofundando os debates sobre eles. Um generoso leque de opções em livros, sites na internet e estudos que aprofundam ou iniciam pesquisas sobre movimento operário, de mulheres, negros, gays e lésbicas...

ONG também protesta

Adilson Cabral é professor de comunicação da Universidade Estácio de Sá (RJ). No artigo “Movimentos Sociais, as ONGs e a militância que pensa, logo existe”, explica como foi a atuação desta modalidade de organização da sociedade e sua relação com os protestos sociais, já que a relação entre os movimentos e as ONGs foram importantes para a realização de muitas ações.

Para Cabral, a partir da segunda metade da década de 1960, “as ONGs se desenvolveram em sua maioria a partir dos trabalhos de educação popular junto às comunidades. Pode-se dizer que foram a existência possível dos movimentos sociais em tempos de ditadura, equacionando uma fachada de escola comunitária com uma clandestinidade sempre proporcional à radicalidade de suas ações. Ao longo de sua história, as ONGs desenvolveram o papel de “assessoria” aos movimentos sociais, ou seja, comprometem-se com as causas dos movimentos, desenvolvem trabalhos com eles - prestam assessoria, mas não podem dirigí-los politicamente, nem mesmo podem se submeter às suas decisões”.

A partir da primeira edição do Fórum Social Mundial, em 2001, tanto ONGs quanto movimentos sociais fincam a bandeira “pelo direito” aos protestos. A cidade de Porto Alegre (RS), no Sul do país, recebe milhares de ativistas do mundo todo. Era a homologação de um fato: há muitos incômodos em nosso planeta, há muita demanda por novas ações para a construção de um novo mundo, de novos homens e mulheres. E não há outra forma mais explícita de apresentar tais incômodos do que protestando.

O FSM se auto define como “um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo”. Se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais.

À partir da cidade gaúcha, o ambiente do FSM era “laboratório” de muitas formas e temas de protesto. Da passeata tomando as ruas com bandeiras e sons de batucadas com palavras de ordem, como várias vezes fez a Marcha Mundial das Mulheres, ou a pichação crítica de anúncios publicitários e muros da cidade, passando por atos nos mercados que vendem produtos transgênicos, plantação coletiva de mudas de árvores como fazem ambientalistas e sem terra, ou a caminhada dos pelados. Foram momentos que ofereceram para um grupo grande de pessoas novas propostas e formas de ação.

Julia Di Giovanni foi militante do movimento feminista e atuou intensamente no Fórum. E para ela “movimento social funciona muito mais como processo de experimentar coisas novas: nas relações, no jeito de fazer e de pensar a sociedade do que em termos de demanda e resposta; tem a demanda e resposta também, na relação com o Estado”.

De 2001 para cá foram várias edições, no Brasil e fora dele, com formatos centralizados ou em várias partes do planeta ao mesmo tempo. O neoliberalismo e todas as mazelas que surgiram ainda não foram vencidas e o caminho para a construção de novas sociedades e novas mentes ainda precisa ser percorrido. Sendo assim, diria que protestar ainda é preciso!

Exemplo recente e inovador de protesto é a Mostra Luta!. Mostra nacional de vídeos, fotografias, poemas e quadrinhos que exhibe e debate as lutas travadas contra a exploração e a opressão. Organizada pelo Coletivo de Comunicadores Populares, abre espaço para a expressão de todas e todos que não têm acesso aos meios de difusão de suas lutas e ideais. Tende a transformar-se em mais um instrumento para “romper o silêncio imposto pela grande mídia: as lutas contra a exploração, a miséria, a concentração de renda e terra, contra todas as formas de opressão, contra o monopólio dos meios de comunicação e a mercantilização da cultura e da arte, contra a progressiva perda de direitos e a criminalização dos que buscam lutar por esses direitos”, diz o manifesto do evento.

Protestos em ação

Desde sua fundação, há 27 anos, o Movimento Sem Terra se organiza em torno de três lutas principais: pela terra; por Reforma Agrária; e por uma sociedade justa e fraterna. E para o MST, "significa que os trabalhadores e trabalhadores Sem Terra apoiam e se envolvem nas iniciativas que buscam solucionar os graves problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano, etc".

Um dos líderes do MST, João Paulo Rodrigues, durante seminário realizado em junho de 2010, relatou que foi possível construir "uma elaboração pela retomada das reformas que deixaram de ser feitas no período da ditadura militar, as reformas necessárias para democratizar o Estado brasileiro." E seguindo atrás destas reformas, o MST implementa ações que envolvem atos, marchas, acampamentos, ocupação de áreas, ensino e alfabetização para o movimento, escolas de formação e muita música.

Com as mulheres não é diferente. A luta feminista se inicia no Brasil juntamente com a abertura política, após a ditadura militar, vários grupos, muitas bandeiras. Oriundas de variados grupos políticos, a luta contra o machismo e preconceito de gênero ainda precisa existir. Muitas bandeiras foram incorporadas como políticas públicas, algumas seguem sendo objeto de negociação e luta. Este ano, para mostrar a força do movimento e suas exigências, comandadas pela Marcha Mundial das Mulheres, três mil feministas marcharam pelas estradas do interior de São Paulo. Uma caminhada de mais de cem quilômetros que também serviu para marcar os 100 anos das comemorações do 8 de Março, Dia Internacional de Luta das Mulheres. E elas afirmam: continuam em marcha, e protestando, até que todas sejam atinjam soberania e liberdade.

Em 2007 duas importantes universidades paulistas viveram protestos com as ocupações das reitorias das USP e Unicamp. Uma mobilização grande, mostrando que a juventude de agora é diferente daquela que, nos anos 1990, viveu o auge do neoliberalismo e o incorporou de uma forma mais intensa do que a juventude atual. O movimento teve uma característica muito particular, pois defendeu bandeiras que não são úteis enquanto estudantes, mas sim para as gerações futuras. Havia uma necessidade de afirmação, de se constituir como algum sujeito social e não ficar entre ser consumidor ou não inserido.

O Brasil viveu tempos duros com os militares... E outros nada fáceis com os neoliberais. Anos de destruição do poder estatal, de venda a preço de banana de empresas nacionais, de aniquilamento dos direitos sociais e, junto com esse movimento, a meta de acabar com as organizações sindicais. A proposta implementada por governos como de Fernando Henrique Cardoso era de Estado mínimo e direitos mínimos na mesma proporção.

Não foram poucas as tentativas de reverter processos de privatização ou de barrar projetos de lei que encerrariam direitos dos trabalhadores, ações longas pelo direito à terra e ao trabalho. A dura conjuntura fez com que os movimentos sociais se aglutinassem. Realizaram encontros, seminários, reuniões, marchas contra o neoliberalismo, greves. Foram poucas vitórias internas ou na luta mundial, como as relacionadas ao Fundo Monetário Internacional ou Organização Mundial do Comércio. No caso da América Latina, anos depois de muito protesto, foi possível comemorar o definitivo enterro da proposta de Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Nos anos 1990 já era “realizável” e dado como um direito inquestionável protestar contra algo ou alguém. De lá para cá os incidentes ocorrem ainda, mas menos proporção e violência do que foi nos tempos ditatoriais. Mesmo assim, é possível relacionar uma lista não muito pequena de protestos recentes que acabaram em carnificina. Claro, com a política batendo e agredindo os manifestantes ou grevistas.

Algumas lideranças dos protestos nacionais, tempos depois, se lançaram candidatos e alguns conseguiram cadeira em parlamentos e governos. Talvez o caso mais famoso do Brasil seja o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Metalúrgico, líder sindicalista nos anos 1980 e um dos que integrou as jornadas contra a ditadura e pela democratização do país, Lula, após vários protestos e manifestações, depois de ajudar a construir o PT e a CUT, foi eleito por duas vezes presidente do país.

Segundo análise do jornalista Altamiro Borges, “os movimentos sociais brasileiros viveram uma experiência inédita na sua longa e rica história. Após décadas de intensa luta – que na fase mais recente foi marcada pelo combate à ditadura militar e pela resistência ao neoliberalismo –, as diversas formas de organização popular passaram a atuar num cenário político totalmente novo. A vitória e a posse do presidente Lula, um retirante nordestino que se projetou exatamente na luta dos trabalhadores, sinalizaram para uma expressiva virada na correlação de forças no país, tornando-a mais favorável ao campo popular e democrático. Nunca o Brasil contou com um governo tão identificado com as forças sociais que batalham por soberania, democracia e justiça.”

O governo federal convocou e realizou conferências nacionais de mulheres, negros e negras, juventude, cultura, de saúde, LGBT, educação, direitos humanos, entre outras. De certa forma, pode-se dizer que as conferências foram, e possivelmente continuarão sendo, uma maneira de o Estado ouvir e digerir os “protestos”, um momento de apresentação de demandas e negociações.

Criminalização dos movimentos e a mídia nacional

Se no passado havia uma viva e atuante imprensa militante, ligada aos partidos e às causas dos movimentos, hoje vivemos a ditadura imposta por um pequeno grupo de sete famílias que controlam e mercantilizam as informações, principalmente quando

se relaciona às movimentações organizadas por grupos políticos ou reivindicatórios. Não temos mais uma vertente de comunicação que não seja a comercial, armada para defender seus interesses e pouco adepta ao bom jornalismo. A comunicação militante tenta furar bloqueios e até tem iniciativas como jornais e blogs, com o advento da internet. Mas mostrar suas ações e reverter as distorções e manipulações da grande mídia é tarefa árdua. A ‘criminalização’ dos movimentos sociais em curso no Brasil, denunciada amplamente por vários setores, não é uma ação em declínio e tem na grande imprensa importante colaboradora.

Altamiro Borges é especialista quando se trata de avaliar a mídia nacional e explica: “A ausência de uma legislação proibitiva da propriedade cruzada, o desrespeito à Constituição e às tímidas leis reguladoras, o respaldo da ditadura militar, as relações promiscuas com o Estado e a própria lógica monopolista do capitalismo, entre outros fatores, explicam a brutal concentração da mídia. Na década passada, nove famílias dominavam o setor: Marinho (Globo), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Mesquita (Estado), Frias (Folha), Levy (Gazeta) e Nascimento e Silva (Jornal do Brasil). Hoje são apenas cinco, já que as famílias Bloch, Levy e Nascimento faliram e o clã Mesquita atravessa uma grave crise financeira”.

O “Relatório Donos da Mídia”, organizado por Daniel Herz, relata que a inexistência de restrições à propriedade cruzada permite que as redes nacionais de TV aberta se constituam “como um elemento aglutinador e instrumento hegemônico de um sistema de mídia que, no total, inclui entre emissoras de rádio e TV e jornais, 667 veículos de comunicação. Esta faculdade oligopolizadora define as bases da estruturação do sistema de mídia no país e condiciona seu contorno econômico, político e cultural”.

É evidente e inegável a crítica feita pelos movimentos sociais com relação ao poder da mídia, assim como os debates a respeito do direito à comunicação. A organização de grupos voltados para este tema têm crescido nos variados movimentos. Preocupam-se com a imagem das mulheres e negros que a mídia constrói, sempre discriminatória e machista. Preocupam-se com a manipulação midiática, com a solidificação do que chama outro jornalista acostumado a brigar com os grandes grupos, Paulo Henrique Amorim, de PIC (Partido da Imprensa Golpista). Preocupam-se, ainda, com a situação dos trabalhadores de comunicação, que vivem pressionados e mal remunerados.

Uma das pautas prediletas do PIC está relacionada à sua ofensiva conservadora contra a reforma agrária, e contra qualquer movimento que combata a desigualdade e a concentração de terra e renda, como o MST. Para agir em sentido contrário, foi criada a rede de comunicadores pela Reforma Agrária, que pretende articular no país respostas à comunicação comercial, que apresente a outra versão, já que o PIC não fará isso.

As transformações necessárias para que a sociedade brasileira funcione de outro modo serão alcançadas com democracia na mídia. E com isso avançamos na conquista

de direitos como saúde, educação ou o fim da violência contra as mulheres. Se acreditamos que a mídia molda corações e mentes, então temos que mudá-la para alcançar transformações gerais. Isso sem contar o debate específico das concessões de rádio e TV, que são públicas e portanto temos todos nós, de todos os movimentos sociais e da sociedade em geral, agir para modificar o que aí está.

São Paulo, setembro de 2010

Fontes consultadas e bibliografia

Cecília Figueiredo, jornalista e militante das lutas sociais, São Paulo/SP.

Julia Di Giovanni, socióloga, militante feminista, fazendo doutoramento em Ciências Sociais.

Glaucia Fraccaro, historiadora, Campinas/SP.

Altamiro Borges, jornalista, presidente do conselho Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé”.

Adilson Cabral, professor da Universidade Estácio de Sá (RJ), mestre e doutorando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, autor do artigo “Movimentos Sociais, as ONGs e a militância que pensa, logo existe”.

Seminário Brasil 2003-2010: transformações, perspectivas e desafios para o próximo período, Fundação Perseu Abramo, 7 e 8 de junho de 2010, São Paulo/SP.

Rede de comunicadores e do Blog da Reforma Agrária

“Brasil, Mito fundador e sociedade autoritária”, Marilena Chaui, Coleção História do Povo Brasileiro, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

“A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964”, Clifford Andrew Welch, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2010.

Revista Teoria e Debate, nº 29, junho/julho/agosto de 1995

Site Agência Câmara

Site Direito à Comunicação

Blog da Claudia Santiago, jornalista, militante da área do direito à comunicação - <http://blogdonpc.wordpress.com/>

Site do Fórum Estadual pelo Direito à Comunicação

Agência de Notícias do Jornal Brasil de Fato

www.mostraluta.org - www.sof.org.br - www.marchamulheres.org.br

www.cut.org.br - www.mst.org.br - www.ciranda.net